

Antonio Rodrigues do Nascimento

**FUNDAMENTOS DO
CONTROLE JURISDICIONAL
DA DISCRICIONARIEDADE
ADMINISTRATIVA**

**Da Erosão da Legalidade à
Usurpação da Legitimidade**

Prefácio do Prof. Dr. David Duarte

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-478-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil Av. Munhoz da Rocha, 143 Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto Portugal

Editor: José Emami de Carvalho Pacheco

N244 Nascimento, Antonio Rodrigues do.
Fundamentos do controle jurisdicional da discricionariedade administrativa: da erosão da legalidade à usurpação da legitimidade./ Antonio Rodrigues do Nascimento./ Curitiba: Juruá, 2021.
150p.; 21,5cm

1. Direito administrativo. 2. Controle jurisdicional.
3. Discricionariedade administrativa. I. Título.

CDD 342 (22.ed)
CDU 342

600099

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo I ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
1 UM ESTUDO NA CONTRAMAÇÃO DA DOCTRINA BRASILEIRA	19
2 O PROBLEMA DO CONTROLE JURISDICIONAL DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	21
3 DUAS HIPÓTESES DE PARTIDA	25
4 PADRÕES CONCORRENTES PARA DEFINIÇÃO DO DIREITO E DA CIÊNCIA JURÍDICA	26
5 A OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PELO REALISMO JURÍDICO	40
6 A “ESCOLA GENOVESA” E O REALISMO JURÍDICO ANALÍTICO	43
7 DOCTRINA E A JURISPRUDÊNCIA COMO “DISCURSO DOS INTÉRPRETES”	49
8 COLONIALIDADE DA DOCTRINA E REALISMO JURÍDICO ANALÍTICO	53
Capítulo II A CONTRIBUIÇÃO DOCTRINÁRIA AO PROCESSO DE EROÇÃO DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL	57
1 AS RAÍZES DO PROCESSO DE EROÇÃO DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA	57
2 SINCRETISMO METODOLÓGICO DA DOCTRINA BRASILEIRA DE DIREITO ADMINISTRATIVO	61
3 AS CINCO GERAÇÕES DA DOCTRINA SOBRE O CONTROLE DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	65

4	A DEFERÊNCIA DA DOCTRINA DO <i>CONTROLE RESTRITO</i>	71
5	A DOCTRINA GARANTÍSTICA DO <i>CONTROLE AMPLO</i>	79
6	ALGUMAS REFERÊNCIAS ADOTADAS PELA DOCTRINA DO <i>CONTROLE EXTREMO</i>	83
7	NEOCONSTITUCIONALISMO E <i>CONTROLE EXTREMO</i>	91
8	O CONSENSO PRINCIPIOLOGISTA NA “ERA DA PONDERA- ÇÃO”	95
Capítulo III A USURPAÇÃO DA LEGITIMIDADE		105
1	DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL <i>VERSUS</i> DISCRICIONARIE- DADE ADMINISTRATIVA	105
2	O AMBÍGUO E ERRÁTICO CONTROLE DO MÉRITO PELO STF E STJ.....	108
3	PONDERAÇÃO E PROPORCIONALIDADE NO CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	115
4	A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O CONTROLE DOS ATOS QUE ATENTAM CONTRA PRINCÍPIOS DA ADMI- NISTRAÇÃO	119
SÍNTESE CONCLUSIVA		127
REFERÊNCIAS		131
ÍNDICE REMISSIVO		139